

PACTO É ENCARADO COM RESERVAS

Nelson Oliveira

Da equipe do **Correio**

A montagem de um acordo entre o governo, empresários e trabalhadores com vistas à estabilidade de preços e à retomada do crescimento econômico deve ser vista com muita cautela e distanciamento. No primeiro encontro entre dois ministros de estado e um grupo de empresários, ontem, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que se assistiu foi a tentativa de reconhecimento de terreno pelos dois lados. Pouco se avançou em matéria de propostas.

A palavra *pacto*, aliás, foi evitada a todo custo. Industriais e ministros alegam que ela está desgastada, mas vê-se que o repúdio ao termo também indica que ninguém quer assumir compromissos, pelo menos no momento. "Não falo em 'pacto', mas em negociação", disse o presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). "Uma negociação em que os empresários de determinados setores poderiam se comprometer a manter os preços estáveis em troca do compromisso do governo de não elevar o custos de insumos e até compensar de alguma forma (com financiamentos a juros mais baratos, por exemplo) o encarecimento de matérias-primas importadas".

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, foi o primeiro a se reunir com os empresários da indústria. Fez longa explanação — sobre as origens da crise —, o que entediou os industriais. "Ele parece o pianista do Titanic", desabafou em voz baixa um empresário. Só na fase dos debates Lafer conseguiu animar os industriais, que o consideram culto e preparado, mas detentor de uma agenda, ainda que importante, de médio e longo prazo. "Quando a gente está nervoso, quer respostas rápidas", dizia do lado de fora do auditório, entre bafo-radas de Capri, o empresário Antônio Fábio, ex-sócio da Encol e ex-presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra). "Quem sabe o Malan (o convidado seguinte) traga as respostas". Malan não as trouxe. Disse que desconhecia a idéia de um pacto.

DESENCONTRO

Pode ter sido jogo de cena, mas Malan e Lafer não pareciam ter combinado o jogo. No dia anterior, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, haviam dado declarações desencontradas sobre as negociações com empresários e trabalhadores.

O ministro do Desenvolvimento também foi vago, ao dizer que o governo poderia discutir com os empresários medidas a serem tomadas em relação a "cadeias produtivas" afetadas pela desvalorização do real. Mas primeiro esperava o levantamento dos prejuízos causados a essas cadeias, a ser entregue por técnicos da CNI. Uma cadeia produtiva é o conjunto de empresas que atuam num determinado setor. Na indústria automobilística, é representada pelos fornecedores de matéria-prima, autopeças e montadoras. O ministro deu outra pista sobre um possível caminho para compensar a alta do dólar: o governo poderá usar a taxa de juros — sem descuidar do controle sobre os preços.

Num ponto pelo menos há entendimento entre Lafer e os líderes da indústria. Não existem justificativas para aumentos de preços com base no aumento de custos provocados pela desvalorização. "Estão ocorrendo antecipações", disse Lafer. A afirmação é correta, segundo o chefe do Departamento de Economia da CNI, Guilherme Reis. "O ministro quer o nosso apoio para um trabalho de catequese entre os empresários que evite os aumentos de preços, e nós apoiamos", prometeu o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Liboni. "Mas quem de fato vai oferecer resistência a esses aumentos é o mercado, ao não aceitar pagá-los."